

FHC lança novo nacionalismo em cerimônia da ANP

Ricardo Rego Monteiro, Nicola Pamplona e Daniela Caride do Rio

O presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou sua viagem ao Rio de Janeiro para lançar as bases de um novo nacionalismo, assumindo a responsabilidade por um modelo voltado para a abertura de mercado e a afirmação da liderança regional do Brasil. Durante a cerimônia de assinatura das 21 áreas de concessão da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o presidente defendeu a abertura do setor petrolífero como meio de induzir o desenvolvimento tecnológico, geração de empregos e internacionalização de companhias brasileiras.

À noite, durante a abertura do seminário Internacionalização e Desenvolvimento, no Instituto Moreira Salles, o presidente reafirmou o compromisso do País com a globalização e com a liderança do processo de constituição do Mercosul. Fazendo questão de dizer que "o Brasil é forte", o presidente afirmou que as relações com o bloco regional, especialmente com a Argentina, são prioritárias para o País. Apesar disso, Fernando Henrique reconheceu que o Brasil terá que pagar um preço pela liderança. "Como País líder regional, o Brasil precisará pagar o preço da liderança, fazendo concessões quando elas forem necessárias", ponderou.

FHC destacou a importância de medir a exata posição do Brasil no contexto internacional e suas relações com países vizinhos. Mas disse, no entanto, que "não adianta pensar que somos europeus porque não somos, alguns aqui se sentem quase como tal. Outros são mais africaninhos como eu".

Durante a tarde, um pequeno grupo de manifestantes ficou do lado de fora da Gávea Pequena, residência oficial do Prefeito e palco da cerimônia da ANP. Na ocasião, o presidente fez questão de responder à movimentação dos protestantes, liderados pelo deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que distribuíram panfletos no local contra a "entrega do subsolo", com críticas ao que classificou de "nacionalistas botocudos" e "fracassomaníacos".

Fernando Henrique afirmou que, com os royalties do petróleo, será possível, nos próximos anos, não só desenvolver instituições de ensino, como também financiar a indústria brasileira de alta tecnologia e a competição de empresas nacionais no exterior. "Esse é o verdadeiro nacio-

nalismo. Não o que olha para trás, mas o nacionalismo que olha para frente; de quem faz o Brasil avançar. E nós estamos fazendo o Brasil avançar, criando condições de desenvolvimento científico e tecnológico", disse o presidente.

"A expansão da indústria petrolífera propiciou mais e mais condições de pesquisa, mas também fará com que o Brasil avance de tal maneira que crie as condições necessárias para que o desenvolvimento da indústria do petróleo seja feito com tecnologia nacional, com empresas brasileiras que não têm medo de se associar, e que se associam às empresas estrangeiras, e que amanhã estarão operando como multinacionais", emendou logo em seguida.

Em seu discurso, o diretor-geral da ANP, David Zylbersztajn, reforçou a tese de Fernando Henrique enumerando investimentos propor-

cionados com o fim do monopólio estatal do petróleo e pela nova lei do setor, promulgada em 1997. Segundo ele, a pesquisa tecnológica rece-

berá aportes de R\$ 1 bilhão até 2004, fruto da obrigação de as empresas investirem 1% da receita de campos de alta produtividade em pesquisa e desenvolvimento.

Zylbersztajn calcula que até 2005, o Tesouro vai arrecadar R\$ 25 bilhões com as participações governamentais previstas na lei, tais como royalties e participações especiais cobradas sobre a produção de óleo e gás. Os investimentos previstos apenas para a primeira etapa exploratória dos blocos licitados em junho, segundo ele, chegarão a R\$ 600 milhões nos próximos cinco anos.

O diretor-geral da ANP destacou a importância que as novas empresas que começaram a atuar no País depois do fim do monopólio terão para que o Brasil atinja a auto-suficiência na produção de petróleo, o que deve ocorrer em 2004, quando a produção nacional chegará aos 2 milhões de barris por dia. "Só este ano sete novas empresas vão perfurar poços no Brasil", disse.

Ontem também foram assinados um termo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que prevê repasses de cerca de R\$ 180 milhões até o fim de 2001 para a elaboração de uma política ambiental para o setor, além da padronização das atividades de licenciamento do Ibama, e um decreto para a criação da área de preservação ambiental da Baleia Branca, em Santa Catarina.

Presidente chama opositores de botocudos e afirma que o Brasil terá que ceder para assumir liderança regional